



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**LICENÇA MUNICIPAL PRÉVIA**

**Nº 16/2022**

DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1223/2021 DE 22 DE MARÇO DE 2021 E SEUS ARTIGOS CONSTANTES NO CAPÍTULO III DAS LICENÇAS AMBIENTAIS, A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES, EXPEDE A PRESENTE **LICENÇA MUNICIPAL PRÉVIA A:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

**CNPJ: 28.636.579/0001-00**

**APROVANDO A LOCALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO PARA OBRAS DE REFORMAS E MODERNIZAÇÕES DA PRAÇA LEONOR CORRÊA**

**NO SEGUINTE LOCAL: AVENIDA DOUTOR HUMBERTO SOEIRO DE CARVALHO, S/Nº, PRAÇA LEONOR CORRÊA, BAIRRO TRINDADE, MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO/RJ.**

**ÁREA TOTAL DO TERRENO: 6.232,618 m².**

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 22°48'28.18"S**

**43° 1'0.49"O**

A PRESENTE **LICENÇA MUNICIPAL PRÉVIA (L.M.P)** É VÁLIDA ATÉ **04 DE MAIO DE 2026**, RESPEITADAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO VERSO E FOI CONCEDIDA COM BASE NOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES CONSTANTES NO **PROCESSO Nº 20.637/2022.**

São Gonçalo, 04 de maio de 2022.

Anna Carolina de A. Ribeiro  
Subsec. de Meio Ambiente / SG

**ANNA CAROLINA DE ALCANTARA RIBEIRO**

MATRÍCULA: 124515  
SUBSECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

Carlos Afonso Pereira Rosa  
Secretário de Meio Ambiente/SG

**CARLOS AFONSO PEREIRA ROSA**

MATRÍCULA: 121405  
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE



### CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA L.M.P. nº 16/2022

1. Requerer à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a renovação desta Licença Municipal Prévia, no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
2. **Esta Licença não autoriza supressão de qualquer indivíduo arbóreo;**
3. Submeter a esta SEMMA, para análise e parecer, quaisquer alterações nos dados ora apresentados e aprovados;
4. Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais exigíveis por lei;
5. Atender à Resolução nº 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
6. Atender à Lei Municipal nº 714/2017 – Institui o Programa de Reciclagem de entulhos de construção civil e demolição no município de São Gonçalo, visando incentivar o reaproveitamento de materiais na construção civil para a promoção da construção sustentável, e dá outras providências, aprovado em 20.07.2017;
7. Atender à NOP- INEA -35 – Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transportes de Resíduos Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79, de 07 de março de 2018;
8. Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, no que se refere à poluição sonora;
9. Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1007, de 04.12.86, publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
10. Atender à DZ-215.R-04 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4886, de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 08.11.07;
11. Caso haja necessidade de importar material para aterro, somente de jazida licenciada pelo INEA ou resíduos de construção civil (RCC) de empresas licenciadas;
12. Instalar no acesso ao empreendimento, em local visível, placa informativa indicando o número e a validade desta licença ambiental;
13. Não é permitido realizar a queima de qualquer material ao ar livre;
14. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores, evitando, particularmente, acúmulo de águas que possam propiciar a proliferação do mosquito "Aedes aegypti";
15. Manter atualizado o endereço e telefone de contato constante no Processo, para envio de correspondência, quando necessário;
16. Esta licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
17. Qualquer impacto negativo ao meio ambiente, decorrente da operação da atividade, estará sujeita às sanções;
18. Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto no licenciamento quando da operação do empreendimento;
19. Esta licença poderá ser cancelada, com a subsequente interdição da atividade, caso seja constatado o descumprimento das restrições nela consignadas;
20. Esta Licença deve ser mantida no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
21. Caso haja geração de material de bota-fora proveniente das obras, somente poderá ser disposto em local licenciado ou previamente autorizado pelo INEA ou pela SEMMA e a comprovação se dará pela apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF);

O não cumprimento das condições constantes nesta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Municipal nº 1223/2021, de 22.03.2021 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.